

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

IMPACTOS DE DESASTRES CLIMÁTICOS EM ACERVOS DOCUMENTAIS: DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO E ESTRATÉGIAS DE RECUPERAÇÃO PÓS- ENCHENTE NO INCRA-RS

Roberta Pinto Medeiros, Universidade Federal do Rio Grande - FURG,
<https://orcid.org/0000-0003-0012-7792>, Brasil, roberta.furg@gmail.com

Elisângela Gorete Fantinel, Universidade Federal do Rio Grande - FURG,
<https://orcid.org/0000-0002-9039-815X>, Brasil, elisangela.fantinel@furg.br

Evelin Mintegui, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, <https://orcid.org/0000-0002-1346-132X>, Brasil, eminteguimail@gmail.com

Eixo: Preservação, Conservação e Prevenção de Desastres

1 Introdução

Casos paradigmáticos, como as inundações em Florença (1966), o furacão Katrina (2005), as enchentes na Alemanha (2021) e, mais recentemente, as tragédias provocadas pelas chuvas no Rio Grande do Sul (2024), ilustram de forma contundente o potencial devastador das mudanças climáticas.

A ocorrência desses desastres precipita impactos adversos significativos, afetando diretamente a vida humana e seu entorno, incluindo a produção, preservação e acesso a bens materiais, entre eles os documentos e informações registradas nos mais diferentes suportes. São esses acervos que registram as manifestações humanas e compõem parte fundamental da memória social.

Os eventos climáticos extremos que atingiram o Rio Grande do Sul (estado do sul do Brasil), em maio de 2024, denotam a vulnerabilidade estrutural e institucional de diversos setores da sociedade. Essa fragilidade repercutiu de maneira severa sobre diferentes campos e, aqui, em especial nos acervos documentais.

Os acervos, quer sejam eles públicos ou privados, guardam registros da memória individual e coletiva. Asseguram a legitimidade dos atos, por possuírem funções

administrativas, legais, fiscais, científicas, culturais e históricas. Os documentos produzidos, recebidos e mantidos por órgãos federais, estaduais e municipais constituem-se em fontes essenciais para a gestão pública e para a preservação da história e da memória regionais e nacionais, além de contribuir, a partir das informações registradas, com a garantia de direitos dos cidadãos.

A destruição provocada pelas enchentes ressalta a urgência de ações voltadas à preservação e à conservação dos acervos arquivísticos, tanto aqueles de valor primário, diretamente relacionados à administração, quanto os de valor secundário, voltados à memória e à pesquisa.

Os danos registrados em 2024 no Rio Grande do Sul demonstram que os desafios enfrentados não são apenas técnicos, mas também político-institucionais. A sociedade precisa fomentar a criação e aplicação de políticas públicas mais eficazes e, na mesma medida, assegurar recursos financeiros e profissionais capacitados para agir de forma pró-ativa na mitigação de riscos e em situações de crise, fortalecendo aspectos que promovam a salvaguarda da informação.

Nessa medida, torna-se fundamental que os profissionais da informação sejam

constantemente provocados a se capacitarem, compreendendo a natureza dos impactos causados por desastres ambientais em acervos, de modo a possibilitar tanto a intervenção em contextos de emergência quanto a adoção de medidas preventivas, a fim de antecipar soluções para evitar futuras perdas, como as ocorridas no ano de 2024.

Diante desse cenário, este trabalho apresenta a construção e os resultados parciais do diagnóstico arquivístico realizado com o objetivo de subsidiar as ações de recuperação dos acervos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/RS).

A elaboração do diagnóstico constitui uma etapa essencial para a construção de um projeto estruturado de tratamento do acervo, considerando a necessidade de compreender os diferentes cenários e os riscos ambientais/climáticos e estruturais, bem como os danos causados pelas enchentes.

Nesse processo de mapeamento de informações também são avaliadas as possibilidades e técnicas a serem empregadas na recuperação dos documentos afetados, o tempo necessário para o desenvolvimento das etapas do trabalho, a necessidade de pessoal, aquisição de materiais, mobiliários, produtos para a higienização e tratamento, a identificação de melhorias de armazenamento e acondicionamento de documentos da atividades meio e finalísticas, além de estabelecer cenários de possíveis riscos intrínsecos e extrínsecos ao acervo.

Nesse contexto, o diagnóstico arquivístico oferece suporte e informações para a elaboração e consolidação de um projeto mais amplo de intervenção, que envolve a melhoria das condições dos suportes dos acervos atingidos pela enchente, bem como a sua gestão, promovida pelas atividades de identificação, classificação, avaliação, tratamento - higienização, conservação, arquivamento e difusão. O objetivo a partir desse trabalho é, sobretudo, assegurar a preservação dos acervos e promover o acesso contínuo às informações institucionais, contribuindo para a valorização permanente da memória institucional.

2 Referencial Teórico

Para compreender a abrangência do cenário pós-enchente e as necessidades da Instituição em estudo, o INCRA, sob a perspectiva dos seus acervos em suporte papel, é necessário recorrer ao diagnóstico arquivístico.

O diagnóstico arquivístico configura-se como uma etapa essencial no planejamento das atividades, considerando os aspectos estratégicos, metodológicos e operacionais, uma vez que a coleta, análise e interpretação de dados viabilizam o estabelecimento de objetivos e a definição de metas, com vistas à obtenção de resultados eficazes dentro do propósito de intervenção junto ao acervo.

Para Lopes (2009, pp. 181) o diagnóstico é “[...] a operação de construir a imagem de uma ou mais organizações”. Lopes (2009) propõe que todas as informações sejam levantadas, de modo a “[...] construir a teia de relações e estabelecer os modelos de funcionamento, hierarquizar as atividades e separar o fundamental daquilo de importância secundária e dispensável.” (Lopes, 2009, pp. 183).

Lopes (2009) ressalta que, para a realização de um diagnóstico eficaz, os arquivistas devem adotar metodologias embasadas em princípios científicos, compreendendo a definição de problemas e objetivos, a formulação de hipóteses, a coleta e análise de dados. Apresenta-se, portanto, a necessidade de observância de dois direcionadores, denominados visão maximalista e visão minimalista, como fontes norteadoras para a elaboração do diagnóstico, destacando-se a visão minimalista como a mais indicada, considerando que esta se centra na priorização dos elementos essenciais do acervo, permitindo um diagnóstico mais objetivo e focado nos documentos de maior relevância e vulnerabilidade, já que esta centra-se na “[...] observação dos problemas arquivísticos das organizações, no estudo de caso e na procura de se construir objetos de pesquisa e propor soluções para os problemas detectados.” (Lopes, 2009, pp. 176).

Por meio do diagnóstico arquivístico, é possível obter informações qualitativas e quantitativas sobre a instituição e seu acervo, com a

identificação de pontos críticos e oportunidades de melhorias. A partir do conjunto de elementos extraídos do cenário em estudo é possível construir proposições arquivísticas fundamentadas, teórica e metodologicamente, permitindo melhor planejamento e maior assertividade quando da operacionalização das ações de trabalho.

No que se refere à preservação e conservação de acervos, estudos indicam que a deterioração de materiais em suporte papel está diretamente relacionada à ação de agentes de degradação, os quais geram instabilidade e são denominados, de agentes intrínsecos e agentes extrínsecos.

A causa intrínseca está relacionada diretamente à fabricação do papel, como:

[...] os resíduos na composição da pasta química, com a lignina e cargas, na colagem com álumen (resina), os ácidos que reagem e destroem aos poucos as cadeias moleculares da celulose, rompendo-as, tornando o papel quebradiço, mesmo com uma simples dobra (Teixeira & Ghizoni, 2012, pp. 40).

Já a causa extrínseca é formada por fatores que representam o contexto externo, o ambiente como:

[...] umidade relativa, temperatura, radiações luminosas, poeira, poluição atmosférica, insetos e roedores, microrganismos, tintas de escrever, manuseio e acondicionamento inadequado, vandalismo, catástrofes (enchentes e incêndios) (Teixeira & Ghizoni, 2012, pp. 40).

Carvalho (1998) na sua obra intitulada “O espaço como elemento de preservação dos acervos com suporte em papel”, também aponta a fragilidade dos acervos constituídos de material orgânico e a sua relação com o contexto externo. Para a autora o ambiente é, seguramente,

[...] um dos principais agentes de deterioração de bens culturais. Os efeitos produzidos pela luz, pela temperatura, pela umidade e pela contaminação atmosférica, isoladamente ou conjugados, estão

sistematicamente identificados como agentes de deterioração, sobretudo dos materiais orgânicos, como o papel (Carvalho, 1998, pp. 2).

Além disso, a autora ainda destaca que as condições microclimáticas, comportamento ambiental diversos, isto é, as características e singularidades específicas do lugar onde se localizam os acervos, definem em que grau cada um desses elementos interfere na sua preservação e conservação.

Costa (2003) pontua que os desastres naturais constituem os fatores de maior gravidade na destruição dos documentos. Danos provocados pelo fogo e água podem estar ligados a causas naturais, como terremotos, vulcões, furacões ou fortes tempestades. Raios e descargas elétricas podem causar incêndios. Rompimento de tubulações de água, do destelhamento, da obstrução de calhas e com a elevação dos leitos de rios podem surgir inundações. Além disso, a “proximidade com canais, córregos e rios podem se tornar agentes potenciais de danos aos arquivos e seus acervos.” (Costa, 2003, pp. 6).

Para Costa (2003), os documentos molhados, seja por extinção de fogo ou por inundações, requerem atenção, pois, ao entrarem em contato com a água, podem sofrer danos significativos considerando que estes:

[...] aumentam de volume, os impressos em papel tipo cuchê, com revestimento brilhante, em geral usado para impressão de ilustrações, transformam-se em verdadeiros tijolos com suas páginas coladasumas nas outras. Em virtude da umidade excessiva, ocasionada pela água utilizada na tentativa de se apagar o fogo de um incêndio, ou mesmo por inundações, o mofo começa a invadir o acervo. Os esporos são capazes de difundir-se rapidamente a outras partes do imóvel que não foram atingidas por esses eventos (Costa, 2003, pp. 7).

Segundo Teixeira e Ghizoni (2012), o estado de conservação de um objeto ou documento não se resume à sua idade ou aparência, mas resulta de diversos fatores que afetam sua integridade ao longo do tempo. Entre eles,

destaca-se o tipo de material utilizado em sua produção, já que diferentes suportes possuem propriedades físico-químicas que reagem de maneira distinta às condições ambientais. A técnica empregada na confecção também influencia sua durabilidade, pois certos métodos podem torná-lo mais suscetível ao desgaste ou, ao contrário, mais resistente. As condições de armazenamento e acondicionamento às quais o objeto ou documento foi submetido ao longo de sua existência afetam diretamente sua estabilidade e preservação. Aspectos como temperatura, umidade, luz, poeira, agentes biológicos, além do modo de manuseio e exposição, podem acelerar a deterioração. Assim, o estado de conservação deve ser analisado considerando tanto os elementos materiais e técnicos da produção quanto o contexto de uso, guarda e circulação do bem. Segundo as autoras, quando um objeto/documento é preservado em condições apropriadas de armazenamento e manuseio, os agentes de degradação tendem a ser controlados, necessitando apenas realizar manutenção de rotina incluindo [...] procedimentos preventivos de conservação, como higienização, controle de micro-organismos e insetos, embalagens de proteção, manuseio correto, entre outros." (Teixeira & Ghizoni, 2012, pp. 15). Por outro lado, as autoras ressaltam que, diante da exposição do documento em condições desfavoráveis, pode haver um processo de degradação do suporte, exigindo ações que promovam a estabilização e a reparação dos danos já causados no documento.

A necessidade de ações de preservação dos acervos das instituições públicas, tanto no âmbito cultural quanto patrimonial, torna-se cada vez mais evidente na atualidade, especialmente em um contexto em que a digitalização e a valorização do patrimônio histórico ganham destaque global. Esses acervos não são apenas guardiões da memória coletiva, mas também constituem a base para estudos, pesquisas e a valorização cultural de sociedades inteiras.

No entanto, a grande maioria das instituições detentoras de acervos enfrenta, em maior ou

menor grau, desafios significativos para desenvolver e implementar uma política de preservação documental eficaz.

Tais dificuldades podem ser causadas por falta de recursos financeiros, profissionais especializados, tecnologia adequada e, muitas vezes, até mesmo pela ausência de conscientização sobre a importância de tais práticas. A consequência dessa negligência pode resultar em prejuízos irreparáveis, como a deterioração acelerada de documentos, obras de arte e outros bens culturais, muitas vezes culminando em perdas irreversíveis para a humanidade.

Por isso, o diagnóstico é essencial no processo de construção e compreensão do cenário de estudo, pois ele possibilita mapear diferentes aspectos da realidade, contribuindo para o processo de mitigação de riscos e para a identificação de melhorias que corroborem para as ações de tratamento e preservação dos acervos em longo prazo.

3 Procedimentos Metodológicos

De acordo com Andrade (2006), a pesquisa é um processo metódico, planejado e sistemático, orientado pela formulação de questões ou problemas e pela busca de respostas, explicações ou soluções que contribuam para o conhecimento em determinada área. Esse processo envolve a escolha de procedimentos teóricos e técnicos compatíveis com a natureza do objeto investigado, o que inclui a definição de objetivos, o levantamento e a análise de dados relevantes, além da construção de interpretações fundamentadas. A pesquisa caracteriza-se como uma atividade investigativa, comprometida com a produção de saberes válidos, consistentes e aplicáveis a questões práticas e teóricas.

Desse modo, ao analisar a natureza da pesquisa, pode-se definir sua classificação como sendo aplicada, pois "objetiva gerar conhecimento para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos" (Silva & Meneses, 2001, pp. 20), por meio do diagnóstico arquivístico, para atender uma realidade local e pontual das demandas dos

acervos do INCRA quanto aos aspectos de conservação e preservação ligado às questões ambientais e estrutura física que orbita o arquivo.

Quanto à forma de abordagem dos objetivos e do problema proposto, a pesquisa é caracterizada como qualitativa e descritiva. As etapas de construção do trabalho são descritas e o conhecimento é construído a partir do estudo bibliográfico de referências já publicadas nas áreas temáticas do trabalho, além de utilizar, como instrumento de coleta de dados, a análise documental. Esta pesquisa não envolve análise, métodos e técnicas estatísticas. O método qualitativo considera que o “processo e seu significado são os focos principais de abordagem” (Silva & Meneses, 2001, pp. 20).

Ainda no âmbito da pesquisa qualitativa, é possível considerá-la como multimetodológica, uma vez que, do ponto de vista dos procedimentos técnicos de investigação, pode assumir a forma de um estudo de caso que tem por finalidade analisar informações e os fatos com a finalidade estudar, os aspectos variados de determinado cenário, indivíduo, grupo, comunidade, de acordo com o assunto da pesquisa. Conforme Gil (1991), o estudo de caso “envolve poucos objetos possibilitando um amplo e detalhado conhecimento sobre o que está em estudo” (1991 citado em Silva & Meneses, 2001, pp. 21).

No que se refere aos procedimentos para o levantamento de dados que compõem o diagnóstico, utilizou-se as técnicas de pesquisa bibliográfica, análise documental, registros fotográficos e a observação direta (Silva; & Meneses, 2001).

A análise documental e observação direta foram empregadas para a obtenção de dados que possibilitaram o mapeamento de aspectos da realidade em estudo (Silva & Meneses, 2001). Para tanto, foram analisados o histórico, o estatuto e o organograma do INCRA, bem como o seu regimento interno, visto que estes documentos se constituem nas diretrizes legais para o seu funcionamento. Mapeou-se, a partir dos referenciais supracitados, as funções e atividades e os tipos documentais gerados. Observou-se também o contexto interno e

externo no que se refere a procedimentos e instrumentos que subsidiam a gestão documental, além da avaliação do espaço destinado ao armazenamento do acervo e as suas condições de conservação e de preservação.

Segundo Lopes (2009), o exame de instrumentos normativos, como estatutos, regimentos, organogramas, políticas, normas, lista de funções e atividades, oferece recursos à análise e definição de uma parte significativa do escopo em estudo. Entretanto, a observação direta, o contato *in loco* com a realidade da dinâmica institucional é um procedimento metodológico importante e necessário para identificar e monitorar informações que vão além dos dados formalmente registrados nos documentos constitutivos.

Esse conjunto de ações, que incluiu a análise de referenciais teóricos pertinentes à área, o exame minucioso dos documentos INCRA, além da realização de observação direta dos processos institucionais cotidianos, da identificação da sua produção documental, da realidade do entorno e do acervo pós-enchente, foi fundamental para a coleta de dados.

Essas estratégias metodológicas, realizadas de forma integrada, contribuíram para uma compreensão mais abrangente e contextualizada do cenário e dos seus desafios. Para isso foi feito o mapeamento considerando as seguintes etapas: a) Contexto ambiental/climático: analisou-se em sites e jornais, reportagens, publicações e imagens acerca dos eventos extremos, especialmente os ocorridos em de maio de 2024 e o impacto da enchente no prédio do INCRA/RS; b) Contexto organizacional: estudou-se o histórico, regimento e organograma do Instituto. Estes documentos identificam a instituição produtora e se constituem nas diretrizes legais para o seu funcionamento. Além disso, direcionam o entendimento da sua missão, funções e atividades (meio e fim) e, por conseguinte, da sua produção documental, o que auxiliou na compreensão dos acervos acumulados no arquivo; c) Contexto de infraestrutura: mapeou-se as instalações

físicas (interna e externa), segurança, móveis, layout, saneamento, armazenamento do acervo e as suas condições quanto a conservação dos suportes documentais, a legibilidade das informações e a avaliação das necessidades de tratamento do acervo; e d) Consolidação das informações mapeadas: elaborou-se um relatório com o objetivo de compreender o impacto do ambiente externo na salvaguarda dos acervos e mitigar riscos iminentes, subsidiando o planejamento das etapas de operacionalização do projeto.

4 Resultados Parciais do Diagnóstico

Apresentam-se, a seguir, os resultados parciais do diagnóstico arquivístico, organizados em seções que visam facilitar a contextualização do mapeamento. Na primeira parte, são abordados o órgão produtor, o INCRA, e o cenário da enchente; na segunda, o foco é sobre o arquivo, seu acervo e os desafios enfrentados.

4.1 O INCRA – RS e a enchente de 2024, em Porto Alegre

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), uma autarquia federal, foi criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão precípua de implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, com vistas a ser referência internacional de soluções de promoção e inclusão social (INCRA, 2025).

Localizada na cidade de Porto Alegre, a Superintendência do INCRA/RSⁱ, conforme Figura 1, possui um significativo e importante acervo na perspectiva administrativa, legal, fiscal e histórica, referente às atividades-meio e fim do Instituto, dentre os quais pode-se citar os processos de assentamento fundiário e colonização, importante documento que legitima o processo de consecução do direito à terra.

Figura 1: Prédio do INCRA/RS



Fonte: <https://sul21.com.br/coronavirus-2/2020/03/sindiserf-rs-ganha-liminar-para-garantir-que-servidores-do-incra-facam-teletrabalho/> (2025)

É evidente que a gestão e a preservação dos acervos representam um desafio constante e complexo no cotidiano das instituições, mesmo naquelas que contam com o respaldo de políticas públicas estruturadas e instrumentos normativos que legitimam as ações arquivísticas durante a execução dos processos e atividades de tratamento documental. A existência de diretrizes formais, embora fundamental, não assegura, por si só, a eficácia das práticas de preservação, especialmente diante de limitações orçamentárias, da carência de profissionais qualificados e de infraestrutura inadequada. Esse desafio se intensifica quando as instituições enfrentam situações de crise ou emergência, que exigem respostas fora dos protocolos estabelecidos. Nesses contextos, tornam-se mais evidentes as fragilidades das estruturas existentes, sobretudo quando as demandas emergenciais superam a capacidade de resposta instalada. A catástrofe ocorrida em maio de 2024 ilustra esse cenário: eventos imprevistos e de grande impacto colocaram em risco a integridade dos acervos, exigindo uma mobilização institucional para conter os danos. Casos como esse reforçam a necessidade de integrar a gestão arquivística ao planejamento de riscos e à formulação de planos de contingência, com o objetivo de enfrentar situações excepcionais que ameacem a preservação da memória institucional e coletiva.

Nesse sentido, para situar a realidade do acervo do INCRA/RS no contexto pós-enchente, propõe-se apresentar o panorama

macroambiental que envolve a localização da Instituição, com o objetivo de evidenciar a extensão e a gravidade dos impactos provocados pela inundação que atingiu a região. A compreensão desse contexto mais amplo é fundamental para dimensionar os riscos enfrentados pelo patrimônio documental e os desafios impostos à sua preservação, especialmente diante da recorrência de eventos extremos que afetam áreas urbanas consolidadas e espaços institucionais.

No cenário analisado neste trabalho, destaca-se a enchente registrada em setembro de 2023, ilustrada na Figura 2, que mostra o Rio Guaíba margeando a cidade de Porto Alegre. A fotografia aérea permite visualizar a magnitude do evento e os espaços atingidos pela elevação do nível da água. Na ocasião, conforme noticiado por veículos de imprensa, o Guaíba alcançou a marca de 3,17 metros, sendo o segundo maior volume já registrado, atrás apenas da enchente histórica de 1941, quando o rio atingiu 4,76 metros.

A imagem evidencia a expansão das águas sobre a área urbana e os prejuízos provocados pela inundação em pontos estratégicos da cidade. Em destaque, ao fundo da foto, aparece a orla do Guaíba, tomada pelas águas, assim como os prédios que compõem o conjunto administrativo das esferas municipal, estadual e federal, localizados na região central da capital gaúcha. Entre essas edificações encontra-se o prédio do INCRA/RS, identificado pela cor azul, que integra o conjunto arquitetônico do Centro Histórico de Porto Alegre. A presença da água nos arredores da instituição revela o grau de exposição do acervo a riscos significativos, levantando preocupações quanto à integridade dos documentos, à segurança da informação e à adoção de medidas urgentes de preservação e recuperação.

Essa contextualização é essencial para compreender a vulnerabilidade estrutural e ambiental enfrentada por instituições públicas diante de fenômenos climáticos severos, ressaltando a importância de integrar a gestão documental a políticas de prevenção de

desastres e de proteção do patrimônio arquivístico em situações de crise.

Figura 2: Enchente de setembro de 2023



Fonte: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2023/09/fotos-guaiba-transborda-e-avanca-sobre-a-orla-em-dia-que-entra-para-historia-de-porto-alegre/> (2023).

A Figura 3 apresenta um registro aéreo da enchente ocorrida em maio de 2024, capturado a partir de um ângulo distinto, mas ainda referente à mesma região mostrada na Figura 2, o Centro Histórico de Porto Alegre. A imagem oferece uma nova perspectiva sobre a extensão e a intensidade do evento, permitindo uma análise mais ampla dos efeitos da cheia sobre a cidade. Ao fundo, observa-se o Rio Guaíba, com suas águas transbordando, ultrapassando as margens e invadindo parte significativa da área urbana.

A fotografia revela a magnitude do alagamento, evidenciada pelas vias submersas, edificações rodeadas pela água e pela interrupção da circulação na região central. Entre os elementos destacados, está novamente o prédio do INCRA/RS, cercado pela enchente, o que evidencia sua vulnerabilidade diante da expansão das águas e os riscos associados à conservação de seu acervo.

A comparação entre as Figuras 2 e 3 permite constatar o agravamento da situação entre os eventos de 2023 e 2024. Embora ambas as imagens retratem os impactos das cheias do Guaíba, a fotografia mais recente demonstra um nível de inundação maior, com danos mais amplos. A recorrência desses eventos em curto intervalo de tempo acende o alerta para o aumento da frequência e da severidade dos fenômenos climáticos na região, possivelmente ligados às mudanças climáticas, e reforça a necessidade de ações coordenadas

de prevenção, resposta e adaptação por parte dos órgãos públicos.

A leitura comparativa das imagens contribui para ilustrar não apenas os impactos físicos das enchentes, mas também os desafios enfrentados por instituições públicas e pela população no que se refere à segurança, à preservação documental e à continuidade de suas atividades. Nesse contexto, é urgente repensar políticas de gestão de risco e estratégias de resiliência, sobretudo em áreas que concentram acervos históricos e administrativos de relevância social.

Figura 3: Enchente de maio de 2024



Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-05/das-441-cidades-em-calamidade-no-rs-so-69-pediram-recursos-federais> (2024).

A inundação de 2024, que ultrapassou a marca de 5 metros de altura, atingiu diversos espaços geográficos do entorno do Rio Guaíba, danificando e devastando, dentre outros aspectos relacionados à vida, seus prédios, infraestrutura, materiais, seus acervos e parte da sua história institucional.

Uma parte significativa desses acervos foi perdida, em razão da gravidade e da intensidade dos acontecimentos, que comprometeram não apenas a integridade física dos documentos, mas também a possibilidade de sua recuperação. Em muitos casos, a ação das águas, associada à falta de condições adequadas para o resgate, resultou na deterioração total de conjuntos documentais, tornando inviável sua reconstituição. Outros acervos, embora não completamente destruídos, estão em processo de recuperação, passando por procedimentos técnicos que exigem tempo, recursos e

conhecimento especializado, com resultados incertos quanto à preservação futura.

A extensão dessas perdas tende a repercutir por um longo período, com impactos que vão além da dimensão patrimonial. A destruição ou comprometimento dos registros afeta a capacidade das instituições de comprovar atos administrativos, manter a continuidade das políticas públicas e garantir a transparência e a responsabilidade na gestão de bens e serviços. Do ponto de vista dos cidadãos, a perda documental compromete o acesso a direitos, como aposentadorias, regularizações fundiárias, benefícios sociais, indenizações e demais processos que exigem comprovação formal.

Essas perdas também atingem o campo da pesquisa histórica e da memória coletiva, dificultando a reconstrução de trajetórias institucionais, sociais e culturais. A ausência de registros limita a produção de conhecimento e empobrece o patrimônio documental de uma região, enfraquecendo os mecanismos de preservação da identidade local. Diante desse cenário, a tragédia evidencia a necessidade de políticas arquivísticas preventivas, articuladas à gestão de riscos, além de investimentos em infraestrutura, capacitação técnica e digitalização, voltados à mitigação de danos e à proteção de documentos essenciais à vida institucional e social.

4.2 O arquivo e o seu acervo

Um arquivo guarda documentos importantes para comprovação de ações administrativa, fiscal e legal, como também para a realização de pesquisas sobre a história e a cultura institucional.

Os documentos de arquivo são registros de informação em qualquer suporte material: papel, disco magnético, disco óptico, filme, fita magnética, digital, dentre outros, produzidos e recebidos por um órgão público ou privado no exercício de suas atividades e possuem valor de prova ou informação.

São considerados arquivos do INCRA os conjuntos de documentos produzidos, recebidos e acumulados em decorrência do exercício das atividades meio (administrativas)

e das atividades finalísticas (relacionados a sua missão institucional).

Para a guarda desses documentos, a sala do Arquivo da Instituição está atualmente localizada no térreo de um edifício de seis andares, ocupando uma área aproximada de 100 metros quadrados.

No que se refere às instalações físicas, observa-se que o edifício apresenta estrutura construída em alvenaria, com piso e paredes que, em termos gerais, mantêm-se em bom estado de conservação. As superfícies não apresentam rachaduras visíveis nem sinais estruturais que indiquem comprometimento grave da integridade do imóvel. Do mesmo modo, não foram identificados indícios ativos de infiltrações ou umidade nas paredes ou no teto, o que aponta para uma condição relativamente estável da edificação no momento da vistoria.

Entretanto, permanecem evidentes marcas deixadas pela enchente, como manchas e descoloração nas partes inferiores das paredes e nos rodapés, que revelam o nível alcançado pela água e sua permanência por determinado período no interior do espaço (Figura 4). Tais vestígios indicam a necessidade de intervenções pontuais voltadas à higienização e à recuperação estética das superfícies afetadas, bem como de monitoramento contínuo para prevenir possíveis danos futuros relacionados à umidade residual.

Essas observações reforçam a importância de se pensar não apenas na manutenção física das instalações, mas também na adoção de estratégias de prevenção e resposta a eventos extremos. A vulnerabilidade revelada pela enchente destaca a urgência de medidas voltadas à proteção do ambiente onde se encontram os acervos, incluindo a elevação de áreas de guarda, o uso de materiais resistentes à água e a implantação de rotinas de inspeção periódica. Preservar as condições físicas do espaço é condição fundamental para garantir a segurança e a durabilidade dos documentos sob custódia institucional.

Figura 4: Marca da enchente no muro do estacionamento



Fonte: Elisângela Gorete Fantinel (2025).

O ambiente externo do prédio é caracterizado pela presença de árvores de grande porte, que contribuem para a composição paisagística do entorno e para a regulação térmica da área. Apesar da proximidade dessas árvores com o edifício, não se verifica contato direto entre seus galhos ou raízes com a estrutura física da construção, o que afasta, por ora, riscos relacionados à obstrução de calhas, danos à alvenaria ou interferências no sistema de drenagem pluvial. A vegetação, nesse caso, cumpre uma função de sombreamento e proteção ambiental, sem comprometer diretamente a integridade do imóvel.

Entretanto, chama atenção a ocorrência de acúmulo constante de água no entorno da edificação, oriunda da drenagem dos aparelhos de ar-condicionado instalados nos andares superiores. Essa descarga de água, ainda que previsível e regular, tem gerado umidade excessiva em áreas específicas, especialmente nas proximidades das janelas e no hall de entrada da sala destinada ao Arquivo. A Figura 5 ilustra esse fenômeno, evidenciando o impacto da drenagem sobre a base do edifício.

Esse cenário indica a necessidade de revisão no sistema de escoamento da água gerada pelos equipamentos de climatização, uma vez que a permanência de umidade nas áreas de acesso e ventilação pode, a longo prazo, comprometer a conservação de documentos, favorecer a proliferação de fungos e microrganismos, e acelerar o desgaste de materiais construtivos. Além disso, essa condição pode gerar desconforto aos usuários e servidores que circulam pela área afetada.

Diante disso, recomenda-se a implantação de soluções técnicas que orientem o redirecionamento adequado dessa água, como a instalação de sistemas de captação e canalização, a impermeabilização de superfícies afetadas ou a adoção de sistemas de reuso. Tais medidas são fundamentais para garantir a estabilidade ambiental do espaço físico e a segurança do acervo sob responsabilidade institucional.

Figura 5: Arquivo - área externa



Fonte: Joana Peregrina Hernandes (2025).

A sala do Arquivo dispõe de um banheiro que não apresenta sinais de infiltração. No piso da sala, há dois dutos por onde passam os encanamentos de água e esgoto do prédio (Figura 6), cuja localização e dimensão exata da estrutura, condições físicas e do fluxo de líquidos, deve ser devidamente mapeada para evitar vazamento e possíveis impactos no acervo e na conservação dos documentos armazenados.

Figura 6: Sala do Arquivo (área interna) – um dos dutos



Fonte: Joana Peregrina Hernandes (2025).

A sala destinada ao Arquivo conta com uma porta de acesso e amplas janelas, ambas protegidas por grades de segurança que oferecem uma barreira física contra possíveis invasões e contribuem para a integridade estrutural do espaço. No entanto, apesar da proteção externa, as janelas não dispõem de cortinas, películas ou qualquer outro tipo de barreira física capaz de reduzir a incidência direta da luz solar sobre o interior da sala. Essa exposição contínua à radiação solar representa um fator de risco para a preservação dos documentos, especialmente daqueles em suporte papel, que são sensíveis à luminosidade e podem sofrer processos de desbotamento, ressecamento, acidificação e perda gradual de legibilidade.

A ausência de controle da luz natural configura uma vulnerabilidade importante no ambiente arquivístico, pois compromete as condições ideais de conservação, interferindo na estabilidade dos materiais e contrariando as recomendações técnicas voltadas à proteção de acervos documentais. Como evidenciado na Figura 7, a luz incide diretamente sobre as

áreas utilizadas para guarda e manuseio de documentos, o que reforça a urgência de intervenções voltadas à adequação ambiental da sala.

Na mesma imagem, é possível observar uma marca registrada na parede, indicativa do nível atingido pela enchente, com aproximadamente 60 centímetros de altura. Essa marca revela a dimensão do impacto causado pela inundação no espaço físico e serve como testemunho da vulnerabilidade da sala frente a eventos climáticos extremos. A presença de água nesse nível comprometeu não apenas o ambiente, mas também parte do acervo, especialmente os documentos armazenados em posições mais baixas.

Diante desse cenário, é recomendável a adoção de medidas corretivas, como a instalação de barreiras físicas à luz, a reorganização da disposição do mobiliário de modo a proteger os documentos mais suscetíveis e a revisão das estratégias de gestão de risco relacionadas à infraestrutura. A combinação entre exposição solar direta e histórico recente de alagamento torna ainda mais urgente a implementação de protocolos de preservação preventiva que assegurem a integridade do acervo frente a condições ambientais desfavoráveis.

Figura 7: Sala do Arquivo - área interna



Fonte: Joana Peregrina Hernandes (2025).

Em termos de segurança, verifica-se que não há extintores de incêndio disponíveis tanto na parte externa quanto na parte interna do prédio. O edifício conta com um sistema de vigilância 24 horas e câmeras de segurança na área externa do prédio.

A sala do Arquivo possui controle de acesso, sendo de responsabilidade de um servidor do INCRA a autorização para pesquisa ou a realização de outras atividades junto ao acervo. Não há qualquer tipo de identificação ou sinalização de que o espaço se trata da sala do Arquivo.

No que se refere aos acervos documentais atingidos pela enchente, os desafios são enormes, pois estes tornam-se imediatamente vulneráveis a graves danos, como pode ser visualizado nas Figuras 8, 9 e 10, considerando o evento e, o tempo de exposição dos documentos às condições adversas, antes de efetuar as intervenções necessárias para a sua recuperação.

Figura 8: Documento com mofo



Fonte: Roberta Pinto Medeiros (2025).

Figura 9: Documento em bloco

Fonte: Roberta Pinto Medeiros (2025).

Figura 10: Documento quebradiço

Fonte: Roberta Pinto Medeiros (2025).

Costa (2003) sinaliza que além de deformar os documentos em suporte papel, a água pode causar o escorramento das tintas e o apodrecimento do suporte, devido ao ataque microbíologico. Ademais, dependendo da origem da inundação, a exposição dos documentos pode conter contaminantes químicos agressivos, diversas impurezas e microorganismos, que afetam diretamente a fibra do papel e sua estrutura que combinados a outros elementos como temperatura, incidência de luz, podem levar a oxidação, amarelamento, ressecamento e quebra do suporte, comprometendo a informação e a vida útil do documento.

4.3 Recomendações para prevenção de riscos

Os principais desastres responsáveis pela destruição de acervos documentais são os incêndios, as enchentes e as inundações. Independentemente da natureza do sinistro, seja ele provocado por fogo ou água, é altamente provável que os documentos atingidos apresentem danos resultantes da exposição à umidade. Diante desse cenário, indica-se a adoção das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), conforme exposto na publicação “Recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água” (Conarq, 2012).

Quanto à realidade mapeada no Instituto, indica-se uma revisão sistemática do espaço físico das instalações do Arquivo. A orientação é avaliar estratégias que podem ser desde a transferência do local do Arquivo até o estabelecimento de padrões de organização do layout e armazenamento dos documentos nas estantes em razão do desastre ocasionado pela enchente.

Caso a mudança do local do Arquivo não seja viável, recomenda-se a fixação adequada das estantes, além da reorganização dos documentos, garantindo que as caixas arquivo, sejam armazenadas a partir da terceira prateleira, de forma a minimizar danos em situações de novas inundações.

Na sala do Arquivo existe um banheiro. Recomenda-se a remoção dessa estrutura, pois

sua permanência representa um risco potencial de vazamentos e infiltrações. Entretanto, se a remoção não for possível, é imprescindível a realização de inspeções periódicas, bem como a identificação e sinalização da rede hidráulica e de esgoto, permitindo o fechamento rápido do registro de em situações de emergência.

Outro aspecto a ser considerado um risco iminente para o acervo é a existência de dois dutos que abrigam tubulações de água do prédio. Esses dutos ficam no centro da sala do Arquivo. Recomenda-se uma revisão dessas instalações e a implementação de um isolamento adequado, prevenindo, em casos de inundação ou infiltração, o contato do acervo com água e outros agentes externos. Também se faz necessário a avaliação de estratégias de drenagem para garantir o escoamento eficiente da água para o exterior do edifício.

Quanto às janelas, embora estejam protegidas por grades de segurança, recomenda-se a substituição de vidros trincados. Ademais, é aconselhável a instalação de cortinas e de películas de controle solar (insulfilm) para reduzir a incidência de luz direta sobre os documentos. A exposição contínua à luz intensa, associada à umidade e ao oxigênio, acelera o processo de degradação do papel, tornando-o quebradiço e escurecido, o que compromete sua integridade.

Recomenda-se a realização de um levantamento detalhado na parte externa do prédio para identificar com precisão a localização das calhas de drenagem, dos dutos de ar-condicionado, do encanamento hidráulico e sanitário, bem como avaliar a segurança das portas e janelas. Revisão e correção das instalações dos ar-condicionado, dos andares superiores, considerando o acúmulo de água no entorno da sala de Arquivo e no seu hall de entrada. Bem como a revisão das instalações e limpeza do ar-condicionado da sala.

Também se sugere a realização de manutenções periódicas nas árvores do entorno, incluindo poda regular, além da limpeza sistemática do pátio, com a remoção

de folhas e galhos que possam obstruir os sistemas de drenagem.

A higienização e desinfecção periódicas das instalações do Arquivo também são medidas essenciais, incluindo a limpeza das caixas de armazenamento para evitar a proliferação de microorganismos nocivos aos documentos.

Além disso, sugere-se a implementação de sinalização adequada para identificação da sala do Arquivo, a instalação e a realização de treinamentos para a equipe em relação ao uso dos extintores de incêndio e a adoção de medidas preventivas para minimizar os impactos da umidade e da luz solar sobre os documentos arquivados.

Especificamente sobre os acervos atingidos pela enchente a ação de salvamento dos documentos deve ser previamente planejada. Por esta razão, é essencial que seja elaborado um plano de emergência, onde estejam definidos todos os problemas que signifiquem riscos em potencial. Ao mesmo tempo, deve ser determinada uma estratégia para o salvamento do acervo, em caso de acidentes ou incidentes.

Por fim, destaca-se a necessidade de elaboração de um plano de gestão de riscos, prevenção e resposta às emergências para o Instituto. Esse plano deve ser testado e atualizado periodicamente, garantindo sua efetividade. Além disso, recomenda-se que todos os servidores, tanto efetivos quanto terceirizados, participem de treinamentos regulares para assegurar a adequada execução das medidas preventivas e de resposta a sinistros.

5 Considerações Parciais

Toda instituição, seja de natureza pública ou privada, produz documentos com o propósito inicial de atender às necessidades administrativas. Após o cumprimento dessa finalidade, tais documentos passam a adquirir valor informativo e probatório.

Dependendo da necessidade de sua produção, da finalidade dos atos registrados e de sua periodicidade de uso, de acordo com os instrumentos de gestão arquivística (código/plano de classificação e tabela de

temporalidade), os documentos podem ser eliminados ou recolhidos para o arquivo permanente. Esse processo deve ser conduzido com base na relevância das informações contidas nos documentos e mediante a aplicação de práticas arquivísticas adequadas. A proposta inicial consistiu em apresentar elementos que fomentem a reflexão acerca da vulnerabilidade dos acervos institucionais frente a diversos fatores ambientais/climáticos, tanto internos quanto externos, com vistas à mitigação de riscos e à proposição soluções mais adequadas frente a realidade das instituições, ainda que preliminarmente, pois a temática requer maior profundidade nos estudos, tanto teóricos quanto práticos a medida que forem implementadas ações de tratamento dos acervos, especialmente os atingidos pela enchente.

É importante destacar que, apesar dos avanços tecnológicos e dos investimentos em infraestrutura e medidas preventivas ao longo das décadas, desastres naturais, como enchentes, continuam a representar uma ameaça significativa e de grande prejuízo em diferentes setores da sociedade.

A tragédia de 2024, que impactou na vida e na história de muitas pessoas e instituições, evidencia a vulnerabilidade das áreas afetadas e reforça a necessidade permanente de investimentos em estratégias de mitigação de riscos e em ações voltadas à adaptação às mudanças climáticas.

Soma-se as questões pontuadas acima, a necessidade do olhar atento e do comprometimento efetivo dos servidores das instituições acumuladoras de documentos, e aqui, especificamente, do INCRA/RS, de modo a disponibilizar pessoal capacitado e recursos financeiros para o tratamento de acervos que, de acordo com seus instrumentos de gestão (código de classificação e tabela de temporalidade de documentos arquivísticos), ainda não prescreveram seus prazos de guarda. Esses acervos são, portanto, objetos de consulta e estudos, além de elementos fundamentais para a (re)construção da memória institucional.

Além das catástrofes climáticas apresentadas neste trabalho, da vulnerabilidade das estruturas físicas e do impacto direto na salvaguarda dos acervos, é fundamental destacar o apoio financeiro do Arquivo Nacional no processo de recuperação dos acervos atingidos pelas enchentes. Após os eventos ocorridos no estado do Rio Grande do Sul, o Arquivo Nacional, em articulação com secretarias do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), passou a atuar na proteção do patrimônio documental da região. Como parte dessa mobilização, foi publicada uma medida provisória que destinou recursos para auxiliar entidades e instituições na recuperação de seus documentos, ampliando os esforços voltados à reconstrução dos acervos arquivísticos afetados (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2024).

Essa iniciativa evidencia o papel do Arquivo Nacional não apenas na resposta a situações de crise, mas também na articulação de políticas públicas voltadas à preservação da memória institucional e coletiva. No entanto, essa atuação reforça a necessidade de refletir sobre a responsabilidade de instituições com função decisória, como o próprio Arquivo Nacional e o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), enquanto órgãos técnicos e legitimados para definir diretrizes nacionais no campo da gestão documental.

A atuação dessas entidades deve abranger mais do que ações emergenciais, contemplando a formulação e o fortalecimento de políticas arquivísticas estruturantes, capazes de promover práticas mais eficazes e preventivas no âmbito das instituições públicas. Isso inclui a definição de parâmetros técnicos para o funcionamento dos arquivos, o investimento em infraestrutura adequada, a formação de profissionais, a digitalização segura de acervos e a implementação de planos de contingência voltados aos riscos associados a eventos extremos. Com isso, torna-se possível não apenas recuperar o que foi danificado, mas também construir uma política de gestão documental voltada à prevenção, à sustentabilidade e à valorização do patrimônio arquivístico nacional.

Observa-se a necessidade contínua de investimentos e ações estratégicas que não apenas apoiem esses processos, mas também assegurem a implementação e a ampliação das políticas e diretrizes estabelecidas. Ademais, a fragilidade na aplicação dessas normativas no contextos das instituições públicas, somado a ausência de arquivistas, podem comprometer diretamente o tratamento e a preservação adequada dos acervos, evidenciando a urgência de uma atuação mais assertiva por parte dessas instâncias reguladoras.

6. Referências

- ANDRADE, M.M. (2006). Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- ARQUIVO NACIONAL. (2025, 21 de março). Resolução nº 34, de 15 de maio de 2012. Dispõe sobre a adoção das Recomendações para a salvaguarda de acervos arquivísticos danificados por água pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Recomendacoes_resgate_acervos_completa.pdf.
- CARVALHO, C. S. R. de. (2025, 15 de março). O espaço como elemento de preservação dos acervos com suporte em papel. Academia Brasileira de Letras, Centro de Memória, 1998. <http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/D>
- OC/artigos/a-j/FCRB_ClaudiaCarvalho_OEspaco_como_ele
mentoRepresentacao_dosacervos_com_su
porte_em_papel.pdf.
- COSTA, M. F. (2003). Noções básicas de conservação preventiva de documentos. Fundação Osvaldo Cruz. FIOCRUZ.
- GIL, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo. Atlas.
- HARVEY, David. (1992). Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola.
- INCRA. Site. O Incra (2025, 19 de março). <https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-incra>.
- LOPES, L. C. (2009). A nova arquivística na modernização administrativa. 2. ed. Brasília: Projeto Editorial.
- MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. (2024, julho 5). Governo Federal destina R\$ 14 milhões para recuperação do patrimônio documental no Rio Grande do Sul. Governo do Brasil. <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/governo-federal-destina-r-14-milhoes-para-recuperacao-do-patrimonio-documental-no-rio-grande-do-sul>
- SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. (2001). Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC.
- TEIXEIRA, L. C. GHIZONI, V. R. (2012). Conservação preventiva de acervos. Volume 1. Florianópolis: FCC Edições.
- o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA/RS.

¹ O prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/RS é compartilhado com